

A História em Tempos de Guerras Culturais: o passado do oeste norte-americano e a luta pública para definir a América nas décadas de 1980 e 1990

Arthur Lima de Avila*

Resumo: Durante as décadas de 1980 e 1990, os Estados Unidos foram palco de intensas *guerras culturais*. Um dos campos de batalha privilegiados nesta luta para definir a América foi o debate público acerca do passado do Oeste norte-americano e seus significados para aquele conturbado presente. Desta maneira, naquela conjuntura, narrativas rivais lutavam por legitimidade no espaço público, com o Oeste tornando-se a sinédoque da nação. O artigo busca desvendar alguns desses significados, enfatizando principalmente seus sentidos políticos.

Palavras-chave: Oeste norte-americano. Guerras culturais. Historiografia norte-americana. Estados Unidos. *New Western History*.

* Professor adjunto da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas).
E-mail: arthurlavila@gmail.com

Introdução

Em fins da década de 1980 e no começo da de 1990, ocorreu uma verdadeira tempestade historiográfica nos Estados Unidos. Alguns anos antes, um grupo de historiadores buscou reescrever a história do oeste norte-americano com ênfase principalmente nos seus aspectos trágicos e sombrios. Chamada de *New Western History*, esta historiografia rapidamente adquiriu uma grande publicidade, dentro e fora da profissão, e dividindo fortemente o público. Se, por um lado, elogiava-se a tentativa de se escrever uma história mais complexa do Oeste e da fronteira, por outro, atacava-se os *new western historians*, acusando-os de estarem deturpando a história nacional e insultando a memória dos bravos pioneiros que haviam conquistado o *Far West*.

Os ataques a estes intelectuais vieram tanto de historiadores que criticavam o que entendiam como sendo uma história com contornos deveras obscuros quanto de jornalistas e historiadores amadores preocupados com a dissolução do mais querido mito norte-americano. Logo, para além de ser um debate meramente historiográfico, isso logo tornou-se uma contenda entre narrativas antagônicas sobre a história da nação. Desta forma, estes embates nos dão um privilegiado panorama da crise de identidade que acometia os Estados Unidos no final do século XX e, de modo similar, ajudam-nos a entender o próprio funcionamento da história dentro daquela sociedade, entendida não só em seu âmbito acadêmico, mas também como uma prática sócio-cultural coletiva. Isto significa admitir, principalmente, que o discurso historiográfico profissional é somente uma das espécies dos discursos historiográficos existentes e que compete, no espaço público, por legitimidade com diversos outros e deve ser inserida, assim, dentro deste esforço mais amplo de construção de passados significativos para o presente (CERTEAU, 1987, p. 205-207).

O objetivo deste artigo é desvelar alguns dos aspectos públicos desta contenda entre narrativas nacionais antagônicas, enfatizando os aspectos políticos destes passados em disputa. Como veremos, as décadas de 1980 e 1990 foram anos de *guerras culturais* nos Estados Unidos, principalmente em torno do caráter da nação e das enormes

mudanças demográficas ocorridas na segunda metade do século XX. Desta forma, o embate em torno da NWH e sua reescrita da história do Oeste estadunidense foi um dos aspectos mais visíveis destas tentativas de (re)definição da identidade nacional dos Estados Unidos da América.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução e de uma breve conclusão. Na primeira, retomo a história da *Western History*, o campo específico do estudo da história do oeste norte-americano, buscando compreender rapidamente o surgimento da NWH. Na segunda, trato especificamente das chamadas *guerras culturais* que perpassaram o espaço público norte-americano nas décadas de 1980 e 1990. No terceiro ponto, apresento os argumentos historiográficos e políticos dos opositores da NWH e as respostas do movimento aos seus críticos.

O oeste norte-americano: a (breve) história de uma história

Institucionalizada em fins do século XIX, a *Western History* teve por inspiração maior os trabalhos de Frederick Jackson Turner, o afamado pai da *frontier thesis*.¹ A tese turneriana postulava que a expansão ocidental das fronteiras norte-americanas havia sido o fator mais significativo de toda a história dos Estados Unidos. Segundo ele, a fronteira, aquela linha divisória entre a “selvageria” e a “civilização”, havia gerado democracia política e riqueza material para o país, na medida em que os amplos espaços do Oeste puderam ser colonizados por milhões de pessoas. Estas “terras livres” seduziram milhões de pessoas e funcionaram, assim, como uma válvula de escape para os problemas sociais do leste e da velha Europa. Por isso, a fronteira acabou atuando como uma amálgama de vários grupos, forjando, desse modo, o *homo americanus*. A verdadeira história do país era a história destes milhões de pioneiros, homens e mulheres, que migraram para o oeste em busca de liberdade e igualdade e que, no processo, acabaram dando aos Estados Unidos sua grandeza material e moral. Divulgada em

uma série de artigos publicados principalmente entre 1893 e 1910, a *frontier thesis* apresentava, assim, uma visão bastante otimista e nacionalista para a história dos Estados Unidos, fugindo de uma narrativa centrada nos grandes vultos da pátria e colocando os humanos anônimos no centro de sua história.

Repleta de nuances que não podem ser analisadas neste espaço, a tese turneriana, bastante original quando de seu lançamento, acabou sendo esvaziada de alguns de seus elementos mais complexos. Originalmente, por exemplo, Turner havia encarado a expansão como um processo árduo e muitas vezes violento, mesmo que seu resultado final houvesse sido feliz. De modo similar, os indígenas não estavam necessariamente fora de seu escopo, mesmo que ainda fossem bastante marginalizados por ele. Ainda assim, a fronteira, como primeiramente conceituada por aquele historiador, pressupunha a importância dos nativos, o lado selvagem da equação, para a história dos Estados Unidos (KLEIN, 1997, p. 13-22). Ocorre que, em meados do século XX, a *frontier thesis* havia tornado-se um dos pilares narrativos da história dos Estados Unidos, replicada por centenas de historiadores profissionais em seus livros e artigos, por historiadores amadores, por políticos, por empresários e até mesmo nos cinemas. Nestas releituras, a tese turneriana, bastante modificada, tornou-se a simples narrativa de pioneiros conquistando os espaços vazios do Oeste de forma inexorável (indígenas, mexicanos e outros seriam somente “barreiras” ao desenvolvimento nacional), numa verdadeira celebração imperialista do poderio e da excepcionalidade norte-americanas (AVILA, 2006).

A *Western History* entrou em crise justamente após o descrédito da *frontier thesis* entre o *mainstream* historiográfico estadunidense, a partir da década de 1960, principalmente. Isto levou os próprios historiadores do Oeste a buscar elementos alternativos para narrar e explicar a história regional. Nesta conjuntura, autores como Earl Pomeroy, Howard Lamar e Gerald Nash, cada um a seu modo, apontaram para novos caminhos para a escrita da história do Oeste, enfatizando, por exemplo, seus aspectos regionais diferenciados ou apontando às falhas da tese turneriana em dar conta da história da região. Além deles, diversos historiadores sociais, inspirados pela ebulição política e historiográfica das décadas de 1960 e 1970,

ampliaram os objetos legítimos da *Western History*, tentando incluir minorias outrora marginalizadas às narrativas históricas sobre a região. Apesar disso, estas novas interpretações não foram capazes de debelar o sentimento de crise nas searas da história do Oeste ou de afastar o fantasma de Turner de seus colegas. A NWH surgiu, assim, como uma tentativa de superar estes problemas, tendo a *frontier thesis* como alvo principal.

É difícil precisar a “fundação” da NWH, já que ela não se tratava de movimento explicitamente articulado. Tratava-se muito mais, como percebeu Forrest Robinson (1998, p. 1), de coincidências entre diversos autores e suas temáticas. Ainda assim, é possível destacar os livros *Rivers of Empire* (1985), de Donald Worster, e *The Legacy of Conquest* (1987), de Patrícia Nelson Limerick, como sendo as primeiras manifestações textuais da NWH. Nestas publicações, em que pesem suas diferenças, os autores atacavam as antigas interpretações anteriores da história do oeste, principalmente aquelas influenciadas pela *frontier thesis*, como sendo “imperialistas”, “nacionalistas” e “romantizações” do passado estadunidense. Sintetizando boa parte da historiografia crítica surgida a partir dos anos 1970, os autores salientavam que, ao contrário do que seus antecessores haviam postulado, a conquista do Oeste não fora um épico de sucessos, mas uma litania de fracassos: ela acarretou o genocídio da população nativa, a marginalização social e econômica de uma ampla parcela da população, a destruição ambiental e na conquista de vastos territórios, *manu militari*, que pertenciam a outros povos e a outras nações. Além disso, o Oeste nunca fora uma terra prometida; ao contrário, sua aridez e a pobreza de seu solo o tornavam uma região difícil de ser “domada” e a grave penúria de milhares de pioneiros atestava o fato de que a conquista havia gestado uma sociedade socialmente bastante desigual. Por fim, graças à sua grande diversidade étnica e cultural, o Oeste também fornecia um excelente estudo de caso para a análise do funcionamento tanto de práticas e ideologias racistas, quanto da convivência entre grupos diferentes (WORSTER, 1985; LIMERICK, 1987).

Os livros de Worster e Limerick foram rapidamente alçados à condição de “clássicos instantâneos” da historiografia norte-americana, graças, principalmente, às inúmeras resenhas positivas que

receberam em jornais e revistas, acadêmicos ou não (AVILA, 2010). Concomitantemente a isso, outros historiadores como Richard White (1991a; 1991b) e William Cronon (1987; 1991), também passaram a criticar a velha historiografia turneriana, defendendo pressupostos similares aos de Limerick e Worster e construindo, assim, o discurso coletivo da NWH. Todos esses autores enfatizavam a necessidade de se reescrever a história do Oeste e da fronteira com a finalidade explícita de se fornecer um nexos entre os diversos problemas regionais daquele presente e seu passado – coisa que, segundo eles, as antigas histórias não poderiam fazer. A NWH apresentava-se, portanto, como uma historiografia politicamente engajada e com uma finalidade social específica: suas histórias eram *presentistas*, ou seja, eram escritas claramente a partir de perspectivas contemporâneas. Para Worster (1991, p. 16), essas novas histórias estariam levando à dissolução daquelas perniciosas narrativas triunfalistas, que ocultavam o massacre dos nativos, a conquista dos mexicanos e a despoluição ambiental e social da região:

We are beginning to get a history that is beyond myth, beyond the traditional consciousness of the white conquerors, beyond a primitive emotional need for heroes and heroines, beyond any public role of justifying or legitimating what happened.

Para a NWH, portanto, as narrativas anteriores não só haviam distorcido o passado norte-americano como também haviam legitimado e justificado a violência da conquista do oeste. Ao invés de exporem os aspectos mais cruéis deste processo, segundo Worster (1991, p. 17) e White (1991b, p. 32), os *old western historians* haviam glorificado o passado sangrento da nação ao celebrarem o pioneiro como sendo a personificação dos “valores norte-americanos”. Por isso, esta antiga historiografia havia produzido panegíricos e épicos, fornecendo “finais felizes” para uma história que podia ser tudo, menos feliz (WHITE, 1991b, p. 33-34).

Em seus trabalhos mais famosos, os *new western historians* (WORSTER, 1985; LIMERICK, 1987; WHITE, 1991a; CRONON, 1991) esforçaram-se para realizar aquilo que David Harlan (1997,

p. xix) chamou de “desmascaramento cultural”, isto é, “desvelamento” das expressões ideológicas e dos mitos que, segundo a NWH, estariam por trás da antiga historiografia. Em outras palavras, esses historiadores visavam a fornecer uma “contra-narrativa” para a história norte-americana que, para além de seus fins historiográficos mais imediatos, pudesse alterar completamente o sentido que os estadunidenses encontravam no passado nacional. Tal projeto, como já dito antes, pode ser, desse modo, entendido como sendo algo imbuído de uma finalidade política e moral bastante pronunciada – como, aliás, perceberam Worster (1991) e Cronon (1992).

A NWH rapidamente adquiriu uma impressionante publicidade, talvez por sua tenacidade em desmontar um dos maiores mitos da cultura estadunidense. Transcendendo as páginas de livros e revistas acadêmicas, as controvérsias sobre seus principais postulados foram veiculadas em publicações como os famosos jornais *The New York Times* e *The Washington Post* e as revistas *Newsweek* e *People*, por exemplo. Como era de se esperar, os revisionistas acabaram atraindo uma série de respostas antagônicas. De um lado, diversos historiadores profissionais, mesmo que questionassem a “novidade” destas interpretações, celebraram a NWH, principalmente pela sua tentativa de escrever uma história do Oeste mais inclusiva. De outro, contudo, estavam outros profissionais e leigos que entendiam esta mudança de perspectiva como sendo narrativamente perniciosa e politicamente perigosa. Para estes últimos, como veremos, o revisionismo historiográfico proposto pela NWH ameaçava destruir a identidade nacional.

Os bárbaros nos portões: guerras culturais e “desunião” da América

O choque entre essas duas narrativas pode ser entendido como um sintoma de uma crise cultural maior. A escolha entre elas, portanto, serviria para dar chancela a determinados projetos políticos presentes e a legitimar certas escolhas para o futuro. Desta maneira, podemos compreender este embate nos termos destacados por

Giorgos Antoniou (2007, p. 93-95). Segundo esse autor, conjunturas de crise cultural são caracterizadas pela tentativa de se optar por passados divergentes, propostos por atores sociais diferentes. Neste caso, não se trata somente de definir quais narrativas são mais legítimas, mas de estabelecer a legitimidade de *quem* fala sobre as histórias em disputa. Deste modo, o revisionismo histórico, do tipo apresentado pela NWH, é tanto político quanto historiográfico, na medida em que ele afirma o direito de alguém em falar sobre um determinado passado de outro alguém, com ou sem seu consentimento. Por isso, para melhor entendermos algumas das reações mais virulentas aos *new western historians*, devemos examinar o *milieu* mais amplo daquilo que James Davison Hunter (1991) chamou de “guerras culturais”, a luta para definir a América, e seu impacto na consciência histórica dos Estados Unidos.

Como escreveu Tom Engelhardt (1995), a derrota dos norte-americanos na Guerra do Vietnã significou o fim da “cultura de vitória” do país e o surgimento de uma ansiedade profunda sobre seu papel no mundo. Até sua aventura no sudeste asiático, os Estados Unidos nunca haviam perdido uma guerra de modo tão vergonhoso. Tendo emergido como o principal vitorioso da Segunda Guerra Mundial, o Exército dos líderes do *mundo livre* foi batido por guerrilheiros bem menos equipados nas selvas vietnamitas. Encarando um inimigo sem rosto no coração das trevas, os norte-americanos também testemunharam o fim do consenso em casa, com o surgimento de uma poderosa onda de protestos contra a guerra e a emergência do Movimento pelos Direitos Civis.

O presente conturbado dos anos 1960 continuou na década seguinte, agravado pela crise econômica e social e o escândalo de Watergate. Nesta conjuntura, o fracasso da administração do democrata Jimmy Carter (1977-1981) em debelar as dificuldades econômicas, e o subsequente movimento deste partido em direção ao centro do espectro político estadunidense e a eleição do republicano Ronald Reagan, em 1980, possibilitaram um ressurgimento de uma direita acadêmica e política que, agora, atacava os *radicais catedráticos* com todas as suas forças. Indo mais além do que o simples debate político, esses autores e docentes conservadores acusavam seus colegas à esquerda de terem sido os responsáveis pelo enfraquecimento

moral da nação e pela destruição dos valores tipicamente americanos (*livre mercado* e *religiosidade*, por exemplo). No final dos anos 1980 e começo dos 1990, escritores como Dinesh D'Souza (1991), Allan Bloom (1987), Gertrude Himmelfarb (1994) e William Bennett (1992), para mencionar apenas quatro de uma longa lista, engajaram-se em furioso ataque contra a educação superior nos Estados Unidos, após a tomada de poder dos famigerados “radicais”. Estes teriam afundado o que até então eram disciplinas responsáveis pela preservação da mais alta cultura do Ocidente em um “esgoto” de “relativismo cultural”, “pós-modernismo”, “desconstrucionismo”, “multiculturalismo”, “esquerdismo” e, o pior pecado de todos, “antiamericanismo”. Ao “povo” estadunidense só restaria duas escolhas: recuperar a academia ou permanecer nas mãos de uma elite intelectual “antipatriota”.

Um dos elementos mais candentes destas “*culture wars*” foi a questão do “multiculturalismo”. Para David The Goldberg (1994, p. 13), o multiculturalismo, em seu sentido mais amplo, foi o fruto ideológico e retórico das lutas sociais de grupos marginalizados nos anos 1960. No caso específico da disciplina histórica, como diz Lawrence Levine (1996, p. 160), os multiculturalistas buscam compreender a história norte-americana a partir das várias culturas existentes no país e sua interação, apontando principalmente para as complexidades, os silêncios e as ocultações da cultura norte-americana. Desta forma, rompia-se com a ideia de um país de herança meramente europeia e com uma única metanarrativa histórica. Pelo contrário, existiam uma série de histórias divergentes que *precisavam* ser contadas.

Na conjuntura dessas guerras culturais, a admissão do caráter multicultural dos Estados Unidos equivalia a um relativismo moral sem precedentes que ameaçava a própria identidade “ocidental” e “europeia” da nação. Não foram poucos os intelectuais conservadores que levantaram a voz contra isso. Segundo Levine (1996, p. 161-163), nestes discursos, os bárbaros já estavam nos portões e era necessário afastá-los. O afamado Samuel Huntington, por exemplo, proferiu diatribes públicas contra a “hispanização” do país, lamentando pelo “fim” da gloriosa “América anglo-saxônica”. Além de Huntington, outros atores, intelectuais ou não, também

alertaram para os “perigos” do “multiculturalismo” (MIGNOLO, 2001, p. 34-37).

O principal manifesto que ajudou a estruturar os discursos de oposição ao multiculturalismo foi *The Desuniting of America*, escrito por Arthur Schlesinger Jr., e publicado em 1991. Nele, Schlesinger, um dos historiadores mais famosos do país e ex-assessor de John Kennedy, imputava aos “estudos particularistas” surgidos nos anos 1970 e 1980 (gênero, etnia, classe etc.) uma tendência à “desunião”, na medida em que insistiam que não existia uma história norte-americana comum, mas experiências profundamente divergentes. A ideia do *melting pot*, a fusão de diversos grupos em uma só nação (representada pelo lema *et pluribus, unum* – de vários, um) estava sendo abandonada em prol de uma “balcanização” da América. Como um país de imigrantes, os Estados Unidos precisavam de uma história que enfatizasse o *unum* em detrimento do *pluribus*, sob o risco de enfrentar uma profunda balcanização:

When a vocal and visible minority pledges primary allegiance to their groups, whether ethnic, social, religious or, in rare cases, political, it presents a threat to the brittle bonds of national identity that holds this diverse and fractious society together. (SCHLESINGER, 1991, p. 113)²

A “desunião da América”, e os espectros de uma “guerra étnica”, eram, assim, resultados deste “culto” pelo particular, pela insistência em usar a História como uma “arma”, uma ferramenta “terapêutica” em prol das “vítimas”. A consequência disso era, obviamente, a “morte” da identidade nacional e, ao longo prazo, da própria civilização ocidental (SCHLESINGER, 1991, p. 110-126). Defendendo a primazia da “herança europeia” norte-americana, o livro de Schlesinger, que esteve na lista dos mais vendidos do prestigioso *New York Times*, advogava em prol de um assimilacionismo cultural em que todo e qualquer grupo minoritário, e marginalizado, devia aceitar os parâmetros culturais existentes. Com isso Schlesinger, opunha-se veementemente ao ensino de história da África nas escolas do país, pela sua suposta desimportância na “história universal” e a formação de um cânone literário alternativo àquele

ensinado nas Humanidades, que devia continuar centrado nos grandes nomes da cultura do Ocidente.

O texto de Schlesinger, como dito antes, foi a ponta de lança de uma série de outros que igualmente atacavam as *perspectivas multiculturalistas* e reificavam uma identidade e uma história norte-americanas como uma simples extensão da Europa. Fazendo tábua rasa do passado nacional, estes opositores do multiculturalismo criticavam a inserção *exagerada* de minorias na história nacional e o *ataque* as *consagradas verdades* efetuado por aqueles que, segundo eles, estavam obcecados em desunir a América até sua dissolução final.

Como os Estados Unidos enfrentavam um grande mal-estar cultural, isso levou os conservadores a criticar violentamente os intelectuais de esquerda (e os historiadores tinham um lugar cativo em seus ataques) como sendo os fomentadores desta mesma crise de identidade, por causa, por exemplo, de suas críticas ao sistema político e econômico do país. Assim, estas *culture wars* tiveram na história um campo de batalha privilegiado, já que, para definir a América, era necessário a definição de seu passado. Assim, a velha narrativa triunfalista, que enfatizava a excepcionalidade e a grandeza dos Estados Unidos, acabou ressurgindo com força revigorada nestes anos, o que certamente ajuda a explicar as reações contra a NWH: “As stand-ins for more profound, elusive threats, historians present remarkably easy targets and so are likely to take it on the chin – not just from right-wingers and culture warriors, but from the media in general” (ENGELHARDT; LINENTHAL, 1996, p. 5-6). É sob este pano de fundo, assim, que devemos analisar os embates em torno destas novas histórias do Oeste, principalmente em sua dimensão pública.³

Os Estados Unidos vistos do Oeste: paraíso perdido ou terra prometida?

Em outubro de 1989, o *New York Times* (NYT) publicou um pequeno texto de Richard Bernstein sobre a NWH. Segundo o jor-

nalista, esta nova historiografia até podia ser culpada de um “excesso de negativismo”, mas este aparente problema devia ser compreendido sob o pano de fundo de narrativas que, durante muito tempo, glorificaram os feitos dos pioneiros. Neste sentido, um “excesso” combatia o outro e o resultado em médio prazo seria positivo para os estudantes e o público em geral (BERNSTEIN, 1989, p. E5).

Alguns meses depois, entretanto, Bernstein (1990, p. SM34), agora aparentemente incomodado com esse mesmo “excesso de negativismo”, escreveu uma peça de quatro páginas no NYT sobre os revisionistas. Ainda que reconhecesse a “qualidade” e a “seriedade” de suas pesquisas, ele não parecia muito convencido de que a NWH pudesse fornecer um passado útil aos norte-americanos, principalmente em sua disposição em ver a história do Oeste como um “desastre”. Refletindo um sentimento “pós-Vietnã”, os novos historiadores, segundo Bernstein, queriam avaliar “negativamente” o status moral do país, produzindo uma história que era tão “unilateral” quanto aquelas que eles criticavam. Estes “rebeldes” tinham, de acordo com ele, um prazer quase “sardônico” em dismantelar os mitos dos norte-americanos.

Seguindo a mesma linha, mas um pouco mais comedido em sua linguagem, Marco Della Cava (1990, p. 1D), em uma reportagem no *USA Today*, chamou a NWH de a “gangue revisionista”, numa metáfora que certamente evocava as tradicionais imagens dos malfeitores embrutecidos e sem caráter dos filmes de *western*. As novas histórias eram “contos trágicos”, que substituíam as tradicionais histórias de “união” e “luta coletiva” que reinavam até então. O artigo de Della Cava é certamente mais equilibrado que o de Bernstein, mas seu subtexto parece ser o mesmo: a história do Oeste pode até ter sido trágica, mas será que, nessa nova versão, ela pode fornecer as bases para uma identidade nacional positiva?

A discussão em torno deste “novo Oeste” tomou contornos ainda mais dramáticos com a exposição *The West as America* (“O Oeste como América”), no Museu Nacional de Arte Norte-Americana, em Washington. Patrocinada pelo prestigioso Instituto Smithsonian e baseada na nova historiografia sobre o Oeste e a fronteira, a mostra estreou em março de 1991. Segundo os próprios curadores, a meta de exibição era de fornecer uma apreciação crítica da conquista do

Oeste, entendendo como pinturas, fotos e ilustrações diversas deram vazão e legitimaram a ideia do Destino Manifesto, a guerra contra mexicanos e indígenas e a naturalização do processo expansionista como algo que sempre esteve no horizonte da nação (TRUETTNER; NEMEROV, 1992).

Como era de se esperar, *The West as America* atraiu controvérsias desde sua inauguração. Daniel Boorstin, afamado historiador conservador, ex-professor da Universidade de Chicago e então bibliotecário-chefe do Congresso, chamou-a de “perversa, historicamente errônea e destrutiva”. Do mesmo modo, dois senadores republicanos, enfurecidos com aquilo que entendiam ser um ataque à “verdadeira” história do país, ameaçaram cortar os subsídios ao Instituto, dada a sua “óbvia” agenda “antiamericana” (GULLIFORD, 1992, p. 200-201).⁴

Os comentários deixados pelo público no livro de visitas do museu também não deixaram por menos. Se uma boa parte elogiou a mostra, outros a atacaram furiosamente. Um espectador afirmou que a exposição era “[...] um lixo revisionista montado por acadêmicos anêmicos que nunca derramaram uma gota de sangue na fronteira”. Outro, um pouco mais calmo, ironicamente escreveu que, de acordo com os curadores, “[...] todos os homens brancos eram racistas e culpados pela destruição dos índios”, adicionando um sarcástico “que bacana!” ao final da frase. Em geral, contudo, prevaleceu um tom de animosidade: alguns mandaram os curadores a “um paraíso socialista” qualquer, outros os chamaram de “stalinistas”, acusando-os de estarem propagando “falsa propaganda” e “mentiras sobre a nação”. Um ainda questionou o patriotismo dos organizadores: “[...] vocês odeiam os Estados Unidos?”. A maioria, talvez menos exaltada, preferiu o termo derogatório “politicamente correto” para descrever *The West as America* (AMERICAN ART, 1991, p. 5-11).

Ecoando a insatisfação de parte da audiência, a mídia também proferiu seus ataques. Em um artigo para o *New York Times*, o crítico de arte Michael Kimmelman (1991, p. H1) considerou-a “irritante” e “agressiva”, mesmo que visualmente atrativa. Segundo o jornalista, a versão da história norte-americana apresentada pelos curadores era “vítima de uma politicização exagerada” e “refém de uma visão politicamente correta” do processo histórico. Por sua vez, Charles

Krauthammer, um popular comentarista conservador do *The Washington Post*, atacou a mostra como uma demonstração de “crueldade maxista requentada” e criativamente sugeriu aos organizadores que a expusessem em Moscou, tal era o “antiamericanismo” de *The West as America* (KAMMEN, 2006, p. 283).

O crítico mais contundente, contudo, foi Eric Gibson, escrevendo para o jornal conservador *The Washington Times*. Gibson (1991, p. E3) foi ainda mais longe que Kimmelman e Krauthammer em suas considerações sobre a ligação entre *The West as America* e a nova historiografia do Oeste, citando Limerick como uma das expoentes deste tipo de revisionismo histórico. Segundo ele,

No one denies that great wrongs were done to the Indians, but then, *nobody needs reminding of it, either*. And it doesn't contribute anything to the issue to idealize the victims while turning the 'white man' into a rapacious, child-eating monster. This is the sort of *fantasy approach* to an issue one expects from Hollywood movies, but not from the academic community.⁵

Assim, Gibson admitiu claramente a necessidade de se esquecer o lado obscuro da expansão a Oeste, com o intuito de se escrever uma história nacional *positiva*. Não só isso, e isto parece estar implícito em seu argumento, segundo ele a própria comunidade acadêmica devia ser a fiadora deste passado. O que se tem aqui, portanto, é a ideia de que, antes de qualquer coisa, a história, como disciplina, teria por função criar os laços cívicos para com a nação, mesmo que algum *apagamento* fosse necessário neste processo.

Marco Della Cava (1990, p. 1D), em seu já citado artigo no *USA Today*, também menciona reações semelhantes do público leigo a NWH. O presidente da Associação dos Caubóis da América afirmou que “[...] most of us have bought into the best that the West was. We recognize that much is myth, but we love it and we'll defend it till we die”.⁶ Do mesmo modo, um *expert* em *westerns* da Universidade do Colorado lamentou o ataque dos revisionistas ao “idealismo” da história do Oeste, afirmando que, caso esse fosse

retirado da narrativa, então, tudo o que restava era a destruição ambiental e crianças mortas. “Precisamos de mais do que isso”, disse ele.

Aqui, portanto, temos um embate claro, não só sobre o conteúdo dessas narrativas antagonônicas, mas também sobre a sua função pública mais ampla. Ao que parece, os críticos da NWH entendiam que as histórias trágicas ou irônicas dos revisionistas até podiam ser formalmente verdadeiras. O problema estava justamente em seus supostos efeitos sociais: o abandono do “mito do Oeste” significava também o abandono da possibilidade de sonhos e esperanças representada por este mesmo mito. Em outras palavras, os *antirrevisionistas* entendiam para usar o termo de Paul Ricoeur (2007, p. 151), que uma história trágica dos Estados Unidos poderia não ser o remédio que os *new western historians* pensavam que ela fosse; pelo contrário, ela poderia ser um veneno, intoxicando as novas gerações com uma excessiva culpa por crimes que não eram dela e com um pessimismo nefasto em relação à pátria e a seu passado.

O famoso escritor Larry McMurtry, autor de obras de ficção sobre o Oeste também consideradas elas próprias revisionistas, defendeu este ponto de vista em um artigo publicado na revista *New Republic*, em outubro de 1990. Nele, McMurtry admitia a qualidade acadêmica da NWH, e de Limerick em particular, e considerava excelentes vários de seus *insights*. O escritor, entretanto, questionava o “excesso de negativismo” e a “falta de imaginação” dos *new western historians*, chamando seus trabalhos de “estudos sobre o fracasso”. O escritor concordava com a existência de aspectos negativos na história do Oeste, mas, segundo ele, “[...] if anyone read the historical revisionists in bulk, one is likely to come away feeling let down” (McMURTRY, 1990, p. 32).⁷

McMurtry atacou ferozmente o que ele chamou de “falta de imaginação” dos revisionistas. Para ele, o Oeste era o último lugar mítico da América. Não importa o quão complicadas fossem as verdades sobre o lugar, e elas as eram, a maior parte do público leitor simplesmente não se importava com elas. A audiência queria histórias de bravos pioneiros, de caubóis heróicos, de pessoas comuns trabalhando para conquistar aquela terra bravia. Como o próprio McMurtry (1990, p. 33) observou, quase resignadamente:

“[...] it is impossible to impress a people with truths that they aren’t ready to hear, much less to accept”.⁸

Esta falta de imaginação, apesar do talento literário dos revisionistas, acabava gerando histórias que, apesar de seu caráter “verdadeiro”, eram insípidas e perigosas, porque retiravam do público seu merecido escapismo e a possibilidade de se pensar que, a despeito das dificuldades e dos erros, o passado dos Estados Unidos ainda era algo positivo. Comparando a velha historiografia, chamada por ele de “triumfalista”, com a nova, McMurtry (1990, p. 38) afirmou que: “The Triumphalists write about a West were people had callings and were sustained by them. The Revisionists see a West where people had only jobs and crappy, environmentally destructive jobs at that”.⁹

Numa comparação dramática com Cervantes e seu Dom Quixote, o escritor terminou seu artigo com a noção de que é melhor ter um passado mítico que inspira do que um verdadeiro que destrói as fantasias das pessoas comuns. Neste sentido, uma narrativa “realista” do passado *westerner* estava fadada a fracassar, pelo simples fato de que ela não poderia sustentar as aspirações e esperanças dos norte-americanos (McMURTRY, 1990, p. 39).

O interessante da argumentação de McMurtry é que ela não nega os *fatos* da expansão *per se* . Ele discorda é da sua transformação em uma *história trágica* . Se recuperarmos a ideia de Hayden White (1987, p. 1-25) da narrativa como sendo uma criadora de um sentido moral para determinados eventos, então, para McMurtry, uma história trágica teria consequências nefastas para os Estados Unidos, porque retiraria ou enfraqueceria a capacidade das pessoas em se identificar com seus antepassados e, por consequência, com a própria nação. Este parece-me, portanto, o cerne do problema para o escritor: os “triumfalistas” foram bem-sucedidos justamente por que afirmavam que, apesar do fim da fronteira e de todos os outros aspectos negativos da expansão, algo maior havia sido alcançado pelos pioneiros. Se esta noção fosse perdida, então a própria história nacional estaria arruinada. O “excesso de história” fornecido pela NWH era, desta forma, o veneno, não o remédio.¹⁰

Martin Ridge, um dos mais destacados defensores de Turner e professor do Instituto de Tecnologia da Califórnia, ecoou as críticas de McMurtry, em um texto na revista acadêmica con-

servadora *Continuity*. Embora também reconhecesse a qualidade acadêmica dos trabalhos da NWH, Ridge igualmente questionava sua capacidade em fornecer uma história nacional significativa para os norte-americanos. Para além de questões empíricas, o que estava em jogo, segundo Ridge (1993, p. 4), era uma competição entre duas narrativas, uma positiva e uma negativa. De acordo com ele, “[...] there are in these new histories implicit strategies for changing not only how Americans recall their past but also what they will see in it. These new histories were conceived as instruments of social change”.¹¹

Ridge, como seria de se esperar, opunha-se veementemente a esta reescrita do passado norte-americano, mas o fazia em termos narrativos, não epistemológicos ou empíricos. Para citar as palavras finais de seu breve artigo:

Will the American plain folk, [...], spurn an existing Western-national myth that has sustained them in their continuous and successful quest for economic and political power and recognition within this culture, or will they accept a new myth, [...], one based on a far darker Western historical narrative? And if they do, what does that hold for the future of American society? (RIDGE, 1993, p. 5).¹²

A resposta para a pergunta retórica de Ridge é, parece-me, bastante óbvia: se os americanos comuns aceitassem esta nova versão, o frágil tecido da identidade nacional estaria em perigo. Ridge vai ainda mais longe do que McMurtry, já que imputa a esta narrativa parte do próprio sucesso econômico e poder político do país. A substituição desta história por outra *muito mais obscura* podia prenunciar graves problemas para os Estados Unidos, não só culturais, mas também materiais.

William Savage Jr., professor da Universidade do Oklahoma, foi outro historiador acadêmico que enfatizou a necessidade de se preservar esta metanarrativa inspiradora para os Estados Unidos. Em sua diatribe de 1993 contra a NWH, agressivamente chamada por Savage (1993, p. 1242-1248) de “a mais nova puta no quartirão”, ele, assim como McMurtry, lamentou a negatividade dos

revisonistas e sua falta de imaginação. De acordo com ele, e esta é uma declaração deveras interessante, *os fatos verdadeiros* de uma determinada história não eram tão importantes quanto aqueles que as pessoas *imaginavam* como sendo verdadeiros. Em outras palavras, um “mito” positivo é melhor do que uma “história realista” negativa. O velho paradigma turneriano, mesmo com todos os seus problemas, tinha a habilidade de agarrar a imaginação das pessoas, porque as dava heróis para imitar. Ele as dava feitos de glória, não contos de perdição. Não importa o quão exata era a pesquisa acadêmica, ela não podia, e aparentemente não deveria, acabar com estas fantasias benignas. Elas davam coerência nacional aos Estados Unidos e seu abandono era, em última instância, um risco sério para o país. Mesmo que certas “verdades” não fossem necessariamente “verdadeiras”, elas precisavam ser respeitadas.

Para os adversários da NWH, portanto, as histórias escritas pelo movimento ameaçavam esta metanarrativa excepcionalista porque dissolvia, ao menos aparentemente, seus fundamentos ideológicos em um conjunto de histórias fragmentadas que não possuíam conexão com a história nacional que os conservadores defendiam. Pelas inferências feitas até aqui, para Ridge, Savage e Nash, a ideia de *nação* é fixa e rígida, com uma definição clara: sua comunidade imaginada está construída na dissolução de diferenças em um *melting pot* amorfo de pessoas, culturas e grupos étnicos – o *credo norte-americano* mencionado acima.

A aderência a esse credo só pode ser embasada ideologicamente se a história da nação for contada em uma forma que lhe dê apoio. Quando Martin Ridge e William Savage falam sobre os filhos de imigrantes acreditando no *American Dream*, e a realização deste no Oeste, eles estavam tramando uma história que entendia a existência dos Estados Unidos como algo sem paralelos na história da humanidade. As suas histórias eram narrativas de progresso, na medida em que a fundação dos Estados Unidos, a conquista do Oeste e o assentamento de milhões de colonos naquelas terras eram parte do romance maior da evolução humana, na qual o sistema político e econômico norte-americano, porque excepcional, representaria o topo. Questionar isso seria, assim, questionar a própria evolução da humanidade (e quem, em sã consciência, ousaria fazer isso?).

Isto parece ser uma versão moderna daquela metanarrativa progressista que Dorothy Ross (1995, p. 651-677) identificou como sendo uma das bases narrativas originais da historiografia norte-americana. Nesta visão, a história da nação é vista como uma série de prelúdios. Sendo assim, o passado colonial puritano, por exemplo, era visto como um prelúdio à Revolução, que, por sua vez, continha as sementes da futura grandeza nacional. Sob esse ângulo, a conquista do Oeste pode ser entendida como o prenúncio da América imperial do século XX. Ao construírem uma civilização igualitária onde antes só existia a *wilderness*, os pioneiros cumpriram, portanto, as promessas da Revolução e da Constituição. Assim, um feroz crítico da NWH, Gerald Thompson (1993, p. 14), podia afirmar sem problemas que: “[...] it did not take a PhD in history to recognize that the West had enriched the nation to such an extent that our international position as a world power was predicated upon nineteenth-century expansion”.¹³

A defesa deste “mito nacional” equivale, assim, a uma defesa de uma identidade nacional considerada como ameaçada desde os anos 1960. Desta forma, essa metanarrativa de consenso e progresso foi usada como uma arma contra histórias consideradas “desviantes” da norma (ROSS, 1995, p. 666). Essa história deveria reforçar os laços da coesão nacional através da referência a um tempo onde todos os norte-americanos eram “iguais” em sua luta para criar uma civilização melhor no Novo Mundo. Como Gerald Nash (1991, p. 276), um dos mais furiosos críticos da NWH, escreveu em 1991:

If historians are also keepers of a nation's soul, the custodians of its sense of identity, one sided indictments can serve the function of destroying the very fabric of national identity. To teach America's youth exclusively about the alleged depravity of the Western experience is to do a disservice to the profession.¹⁴

Voltamos, assim, a um tipo de “esquecimento benigno” sobre o passado da nação, defendido por uma boa quantidade de opositores dos revisionistas. Para que um sentimento de identidade nacional pudesse ser preservado, supostas atrocidades deveriam ser ocultadas,

ou, ao menos, minimizadas pelos historiadores. Histórias trágicas seriam, assim, ilegítimas academicamente, já que não seriam capazes de fornecer aquele senso de identidade identificado por Nash como sendo uma das obrigações dos historiadores. Ironicamente, Nash parece defender justamente aquele passado imutável que Allan Megill (2007, p. 32-33) condena como sendo um ataque à própria consciência histórica do presente. Se o passado é estático, transformado simplesmente em “tradição”, então não há razões para pretender mudanças no presente. Desta forma, esta “tradição”, pesada e estéril, será passada acriticamente de geração em geração, em nome, aqui, da preservação da identidade nacional.

As respostas dos *new western historians* a estas questões foram, em geral, bastante sucintas, ainda que contundentes. Limerick, por exemplo, em uma reportagem publicada no *The New York Times*, chamou algumas acusações de “aquela idiotice” (“that idiocy”), afirmando, não sem certa razão, que seus críticos estavam discutindo coisas que pouco ou nada tinham a ver com os debates historiográficos em questão. Por sua vez, na mesma entrevista, White atacou o “ressentimento” de alguns de seus oponentes e, assim como Limerick, sugeriu que os adversários da NWH não estavam preocupados com o passado do Oeste *per se*, mas com posições pessoais, refletidas em seus ataques aos indivíduos, não às suas ideias (SCOTT, 1993, p. E5).

Para além de ofensas e ressentimentos individuais, que nada contribuem para o debate historiográfico, estas discussões apontam justamente para o plano *narrativo*, não empírico ou epistemológico, deste confronto. Limerick foi a revisionista mais explícita sobre este problema. Refletindo alguns anos mais tarde, ela escreveu sobre esta mudança narrativa na historiografia norte-americana como um todo:

This transformation of content was directly correlated to a transformation of discourse, as a narrative of constricting coherence and clarity was surrendered – a narrative as effective at excluding meaning as it was in excluding people of color (LIMERICK, 1997, p. 20-25).¹⁵

Em outra entrevista, publicada no *The Christian Science Monitor*, em 1990, Limerick (KNICKERBOCKER, 1990, p. 13) afirmou que:

Moral complexity provides the base for parables and tales of greater and deeper meaning. Myths resting on tragedy and on unforeseen consequences, the ancient Greeks certainly knew, have far more power than stories of simple triumphs and victories.¹⁶

A recuperação desta “complexidade moral” poderia, fornecer um melhor entendimento do presente, não somente porque desestabiliza o passado, mas porque também permite repensar o próprio presente de um modo mais satisfatório do que as simples histórias “inspiradoras” contadas pelos conservadores. Neste caso, tratava-se de reconhecer que, segundo a própria Limerick, a história norte-americana era repleta tanto de heróis, quanto de imbecis e que estas narrativas complexas podiam fornecer uma base muito mais satisfatória para a identidade do país (FLINT, 1995, p. 1). Em um outro artigo, afirmou corretamente que:

Recognizing the moral complexity of all groups — victims and victimizers, conquered and conquerors, slaves and enslavers — is simply the first step in reckoning with reality, and in resisting those who would argue us into a tight and uncomfortable corner where we have to join them in accepting cruelty and injustice (LIMERICK, 1994, p. 13).¹⁷

Em *Haunted America* (“América Assombrada”), capítulo de seu mais recente livro, Limerick expôs com destreza os perigos de uma história nacional centrada no fornecimento de uma imagem excessivamente positiva da nação, a despeito dos erros do passado. Segundo ela, esquecer as atrocidades e injustiças cometidas contra norte-americanos de todas as classes sociais e etnias era cometer um crime histórico da mesma proporção. Como um rebate às defesas de disciplina “guardiã da identidade nacional”, ela afirmou: “[...] a claim of innocence denies the meaning of the lives of those who died violently in the conquest of this continent, and that denial diminishes our souls.” (LIMERICK, 2001, p. 73)¹⁸ O reconhecimento do lado obscuro da história dos Estados Unidos era, assim, uma maneira de evitar a ocorrência de eventos parecidos no futuro. Narrativas

históricas fundadas nesta “complexidade moral” eram meios muito mais satisfatórios de educação do público do que histórias eivadas de sentimentos nacionalistas e/ou progressistas que, em sua ânsia em proteger o passado da América de “negativismos”, negava uma porção considerável deste mesmo passado: “[...] the tragedies of the wars are our national joint property, and how we handle that property is one test of our unity or disunity, maturity or immaturity, as a people wearing the label ‘American’” (LIMERICK, 2001, p. 73-74).¹⁹

Considerações finais

A discussão pública acerca da NWH e da *complexidade moral* que suas narrativas ofereciam à história norte-americana serve, assim, como uma oportunidade de se estudar a crise cultural que se abateu nos Estados Unidos de fins do século XX. Neste sentido, o *Oeste* era uma sinédoque da América e as explicações oferecidas para aquela parte serviam para o todo. Dito de outro modo, o Oeste poderia ser tanto um *paraíso encontrado* ou um *paraíso perdido*. Está aí, portanto, o motivo da virulência de ambos os lados na condução das discussões. Eles pouco tiveram a ver com temas, digamos, propriamente historiográficos (fontes, modelos explicativos, conceitos, etc.) e mais com o significado da história norte-americana. Significado esse que só poderia ser construído no âmbito narrativo, com todas as consequências morais e políticas daí decorrentes. Numa conjuntura turbulenta, em que lados opostos tentavam estabelecer, cada um a seu modo, legitimidades para suas definições rivais de América, o revisionismo historiográfico proposto pela NWH foi mais um dos embates para tentar se decifrar qual era, ou qual devia ser, o significado da história dos Estados Unidos.

History in Times of Culture Wars: the past of the American West and the public struggle to define America in the 1980s and 1990s

Abstract: During the decades of 1980 and 1990, the United States were the stage to intense “culture wars”. One of privileged battlefields in this struggle to define America was the public debate regarding the past of the American West and its significance for that turbulent present. Thus, in that context, rival narratives fought for legitimacy in the public space, with the American West becoming a synecdoche for the whole nation. The article aims to unveil some of these meanings, with a special emphasis on its political significance.

Keywords: American West. Culture wars. American historiography. United States. New Western History

Notas

¹ Esta caracterização bastante generalista da tese de Turner baseia-se nos seus textos mais importantes, encontrados na famosa compilação “*The Frontier in American History*”, publicada primeiramente em 1920 e reeditada sucessivas vezes desde então. Ver TURNER, 1996.

² “Quando uma minoria visível e estridente jura aliança primeiro aos seus grupos, sejam eles étnicos, sociais, religiosos ou, em casos raros, políticos, ela apresenta uma ameaça aos frágeis laços da identidade nacional que mantém unida esta sociedade diversificada e fraturada”.

³ “Como substitutos de ameaças mais elusivas e profundas, os historiadores são alvos notoriamente fáceis e provavelmente serão atacados – não só por direitistas e guerreiros culturais, mas pela mídia em geral”.

⁴ Os senadores fracassaram em seus intentos, mas as ameaças foram o suficiente para assustar outros museus do país, que se recusaram a receber a exposição. Ver KAMMEN, 2006. p. 282-286.

⁵ “Ninguém nega que muitas coisas erradas foram feitas aos índios, mas, também, *ninguém precisa ser lembrado disso*. E em nada se contribui a esse assunto a idealização das vítimas, enquanto se transforma o ‘homem branco’ em um monstro faminto comedor de crianças. Este é o tipo de *abordagem fantasiosa* que alguém espera dos filmes de Hollywood, não da comunidade acadêmica”. Grifos meus.

⁶ “A maior parte de nós acreditou no melhor sobre o Oeste. Nós reconhecemos que muito disto é mito, mas o amamos e o defenderemos até morte”.

⁷ “Se alguém lesse os revisionistas históricos em conjunto, é possível que este alguém saia deprimido”.

⁸ “É impossível impressionar as pessoas com verdades que elas ainda não estão prontas para escutar, muito menos aceitar”.

⁹ “Os triunfalistas escrevem sobre um passado aonde as pessoas tinham vocações e eram sustentadas por elas. Os Revisionistas vêem um Oeste aonde as pessoas têm somente empregos, e empregos ruins e destrutivos para o meio ambiente ainda por cima”.

¹⁰ McMurtry parece ter assumido uma postura mais tolerante para com os revisionistas, tendo escrito com bastante simpatia sobre Limerick em seu último livro de ensaios. Ver McMURTRY, 2001. p. 83-93.

¹¹ “Existem nestas novas histórias estratégias implícitas para mudar não só o modo como os norte-americanos se lembram de seu passado, mas também o que eles veem nele. Estas novas histórias foram concebidas como instrumentos de mudança social”.

¹² “Será que os norte-americanos comuns vão desdenhar um mito nacional que os tem sustentado em suas contínua e bem-sucedida busca por poder econômico e político e reconhecimento dentro desta cultura, o será que eles vão aceitar um novo mito, [...], um baseado numa narrativa histórica do Oeste mais obscura. E, se o fizerem, qual será sua consequência para a sociedade norte-americana?”

¹³ “Não é necessário um doutorado em história para reconhecer que o Oeste enriqueceu a nação a tal ponto em sua condição como um poder mundial foi *preunciado* por ele”. Meu grifo.

¹⁴ “Se os historiadores também são os guardiões da alma de uma nação, os protetores de seu senso de identidade, acusações unilaterais podem servir para destruir o próprio tecido da identidade nacional. *Ensinar aos jovens da América somente sobre a alegada devassidão do passado do Oeste é fazer um desserviço à profissão*”. Grifo meu.

¹⁵ “Esta transformação de conteúdo esteve diretamente relacionada com a transformação de discurso, na medida em que uma narrativa que restringia coerência e clareza foi abandonada – uma narrativa efetiva tão efetiva em excluir significado assim como em excluir pessoas de cor”.

¹⁶ “Complexidade moral fornece a base para parábolas e contos de um significado maior e mais profundo. Mitos baseados na tragédia e em consequências inesperadas, os antigos gregos certamente o sabiam, têm muito mais poder do que histórias de simples triunfos e vitórias”.

¹⁷ “A recuperação da complexidade moral de todos os grupos – vítimas e vitimizadores, escravos e escravistas, conquistados e conquistadores – é apenas o primeiro passo para se lidar com a realidade, e em resistir aqueles que nos argumentariam em direção a um canto pequeno e desconfortável, onde temos que juntá-los na sua aceitação da crueldade e injustiça”.

¹⁸ “Uma afirmação de inocência nega o sentido das vidas daqueles que morreram violentamente na conquista deste continente e esta negação diminui nossas almas”.

¹⁹ “As tragédias das guerras é nossa propriedade nacional conjunta e como lidamos com esta propriedade é um teste de nossa união ou desunião, maturidade ou imaturidade, enquanto um povo usando a designação ‘americano’”.

Referências

ANTONIOU, Giorgos. The Lost Atlantis of Objectivity: the revisionist struggles between the academic and public spheres. *History and Theory*. Middletown: Wesleyan University Press, Theme Issue 46, p. 92-112. Dec., 2007.

AVILA, Arthur Lima de. *E da Fronteira veio um Pioneiro...: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS. Porto Alegre, 2006.

AVILA, Arthur Lima de. *Território Contestado: a reescrita da história do Oeste norte-americano (c. 1985- c. 1995)*. Tese (Doutorado em História), UFRGS. Porto Alegre, 2010.

BENNETT, William J. *The De-Valuing of America: the fight for our culture and our children*. New York: Simon & Schuster, 1992.

BERNSTEIN, Richard. Among Historians the Frontier is Turning Nastier with each revision. *The New York Times*. New York: New York Times Press, p. E5. Dec., 17th, 1989.

BERNSTEIN, Richard. Unsettling the Old West. Now Historians are Bad-mouthing the frontier. *The New York Times*. New York: New York Times Press, p. SM34. March, 18th, 1990.

BLOOM, Allan. *The Closing of the American Mind: how higher education has failed democracy and impoverished the souls of today's students*. New York: Simon & Schuster, 1987.

CERTEAU, Michel de. *Heterologies: discourses on the other*. Minneapolis: University of Minnesota, 1986.

CRONON, William. Revisiting the Vanishing Frontier: the legacy of Frederick Jackson Turner. *The Western Historical Quarterly*. Salt Lake City: Utah University Press, v. 18, n. 2, p. 157-176, Apr., 1987.

CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W. W. Norton, 1991.

CRONON, William. A Place for Stories: history, nature and narrative. *The Journal of American History*. Bloomington: Organization of American Historians, v. 79, n. 1, p. 1347-1376. Mar., 1992.

DELLA CAVA, Marco R. Rewriting the West: a showdown over frontier legends. *The USA Today*. McLean: Garrett Company, p. 1D. Dec., 7th, 1990.

D'SOUZA, Dinesh. *Illiberal Education*: the politics of race and sex on the campus. New York: Free Press, 1991.

ENGELHARDT, Tom. *The End of Victory Culture*: Cold War America and the disillusioning of a generation. New York: Basic Books, 1995.

ENGELHARDT, Tom; LINENTHAL, Edward T. (Org.). *History Wars*: the Enola Gay and other battles for the American Past. New York: Henry Holt, 1996.

FLINT, Anthony. What of our past? Historians disagree: clash of values fuels lack of consensus. *The Boston Globe*. Boston: Boston Globe Press., p. 1. Jul., 25th, 1995.

GIBSON, Eric. Selling the West in Revisionist Hues. *The Washington Times*. Washington: Washington Times Press, p. E3-E4. Mar., 20th, 1991

GOLDBERG, David Theo. Introduction: Multicultural conditions. In: GOLDBERG, David Theo (Org.). *Multiculturalism*. A Critical Reader. Cambridge: Blackwell Publishing, 1994, p. 10-16.

GULLIFORD, Andrew. The West as America. *The Journal of American History*. Bloomington: Organization of American Historians, v. 79, n. 1, p. 199-208. Jun., 1992.

HARLAN, David. *The Degradation of American History*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

HIMMELFARB, Gertrude. *On Looking into the Abyss*: untimely thoughts on culture and society. New York: Knopf, 1994.

HUNTER, James Davison. *Culture Wars*: the struggle to define America. 2 ed. New York: BasicBooks, 1992.

KAMMEN, Michael. *Visual Shock*: a history of art controversies in American culture. New York: Vintage Books, 2006.

KIMMELMAN, Michael. Old West, New Twist at the Smithsonian. *The New York Times*. New York: New York Times Press, p. H1. May, 26th, 1991.

KLEIN, Kerwin Lee. *Frontiers of Historical Imagination*: Narrating the European Conquest of Native America, 1890-1990. Berkeley: University of California Press.

KNICKERBOCKER, Brad. Revisionist Historian Lassos the Mythic West. *The Christian Science Monitor*. Boston: Christian Science Publishing, p. 12-13, Dec., 18th, 1990.

LEVINE, Lawrence W. *The Opening of the American Mind*: canons, culture and history. Boston: Beacon Press, 1996.

LIMERICK, Patrícia Nelson. *The Legacy of Coquest: the unbroken past of the American West*. New York: W. W. Norton, 1987.

LIMERICK, Patricia Nelson. Haunted America. In: *Something in the Soil: legacies and reckonings in the New West*. 2 ed. New York: W. W. Norton, 2001, p. 33-73.

McMURTRY, Larry. How the West was Won or Lost: the revisionists' failure of imagination. *The New Republic*. Washington: New Republic Press, p. 32-38, October, 22nd, 1990.

McMURTRY, Larry. *Sacagawea's Nickname: essays on the American West*. New York: NY Books, 2001.

MEGILL, Allan. *Historical Knowledge, Historical Error: a contemporary guide to practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

MIGNOLO, Walter D. *Local Histories/Global Designs: coloniality, subaltern knowledges and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

NASH, Gerald D. *Creating the West: historical interpretations, 1890-1990*. Albuquerque: University of New México Press, 1991.

RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. 1 ed. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDGE, Martin. The New Western History and the National Myth. *Continuity*. Herndon: Young America Foundation, n. 17, p. 3-4, Fall, 1993.

ROSS, Dorothy. Grand Narrative in American Historical Writing: from romance to uncertainty. *The American Historical Review*. Washington: American Historical Association, v. 100, n. 3, p. 651-677. Jun., 1995.

SAVAGE, Jr., William. The New Western History: the youngest whore on the block. *AB Bookman's Weekly*. New York City: R. R. Bowker, p. 1242-1248. October, 4th, 1993.

SCHLESINGER Jr., Arthur. *The Disuniting of America*. New York: W. W. Norton, 1991.

SCOTT, Janny. Rival Old West Historians try to put Own Brand on the Frontier. *The New York Times*. New York: New York Times Press, p. E5, May, 18th, 1993.

SHOWDOWN at the "West as America" Exhibition. *American Art*. Chicago: University of Chicago Press, v. 5, n. 3, p. 5-11, Summer, 1991.

TRUETTNER, William; NEMEROV, Andrew. What you see is not necessarily what you get: new meanings in images of the Old West. *Montana Magazine of Western History*. Helena: Montana Historical Society, v. 42, n. 3. p. 70-76, Fall, 1992.

TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. 20 ed. New York: Dove, 1996.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form: historical discourse and narrative representation*. 3 ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Richard. *It's your Misfortune and None of my Own: a new history of the American West*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991a.

WHITE, Richard. Trashing the Trails. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Org.). *Trails: toward a New Western History*. Lawrence: University of Kansas Press, 1991b, p. 26-39.

WORSTER, Donald E. *Rivers of Empire: water, aridity and the growth of the American West*. New York: Oxford University Press, 1985.

WORSTER, Donald E. Beyond the Agrarian Myth. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Org.). *Trails: toward a New Western History*. Lawrence: University of Kansas Press, 1991. p. 3-25.

Recebido em 21/12/2010.

Aprovado em 09/09/2011.